

JUNIOR; Otto Guilherme Gerstenberger¹, GERSTENBERGER; Fatima Cristina Santoro², GERSTENBERGER; Guilherme Santoro³

RESUMO

Introdução: A intersecção entre a química e os direitos fundamentais apresenta um campo fértil para o exame da evolução dos direitos humanos diante dos avanços tecnológicos e científicos. Este estudo propõe uma análise reflexiva sobre como as inovações químicas impactam os direitos fundamentais e a emergência de novos direitos, focando na necessidade de equilibrar progresso científico com ética, saúde pública, e sustentabilidade ambiental. A química, enquanto força motriz do desenvolvimento humano, confronta-se com o desafio de alinhar suas descobertas com o respeito e a promoção dos direitos humanos universais. **Objetivos:** Explorar a relação entre os avanços na química e a articulação dos direitos fundamentais e novos direitos, identificando como as inovações químicas podem tanto avançar quanto desafiar a realização desses direitos. O estudo visa também propor um quadro de referência para a integração ética da química no contexto dos direitos humanos, enfatizando a importância da responsabilidade social e ambiental.

Métodos: Utilizando uma metodologia interdisciplinar, este trabalho combina análise doutrinária dos direitos fundamentais com estudos de caso em inovações químicas. A pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica extensa, incluindo literatura jurídica, química, ética, e estudos de impacto ambiental e social. Através desta abordagem, busca-se ilustrar a complexidade das relações entre a química e os direitos humanos, destacando casos emblemáticos de conflitos e sinergias.

Resultados e Discussão: A pesquisa revela que as inovações químicas têm um impacto profundo nos direitos fundamentais, incluindo o direito à saúde, à privacidade, à segurança, e a um meio ambiente saudável. Contudo, também emergem dilemas éticos e jurídicos, como a regulamentação de substâncias potencialmente perigosas e o acesso equitativo às tecnologias químicas. A análise destaca a necessidade de um marco regulatório que harmonize os avanços químicos com a proteção dos direitos humanos, sugerindo que a química sustentável pode servir como um modelo para o desenvolvimento responsável.

Conclusão: O estudo enfatiza a importância de uma abordagem holística que considere tanto os benefícios quanto os riscos das inovações químicas para os direitos fundamentais e novos direitos. Propõe-se a adoção de princípios éticos e regulamentações que garantam que a química contribua positivamente para a sociedade, assegurando a proteção dos direitos humanos e fomentando o desenvolvimento de novos direitos em resposta aos desafios contemporâneos. A química, portanto, não é apenas um campo de inovação tecnológica, mas também um domínio ético e jurídico que reflete e molda a evolução dos direitos humanos na sociedade moderna.

PALAVRAS-CHAVE: Química e Direitos Humanos, Direitos Fundamentais, Ética na Química, Responsabilidade Social, Sustentabilidade Ambiental

¹ UVA - Universidade Veiga de Almeida, ottoguilherme@yahoo.com.br

² UVA - Universidade Veiga de Almeida, fatima_santoro@yahoo.com.br

³ FGV - Fundação Getúlio Vargas, guilherme.santoro@live.com